



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001592-86.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário**  
 Requerente: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**  
 Requerido: **Karine Petromilli**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

São Paulo Previdência - SPPREV move ação contra Karine Petromilli. Sustenta que a ré era beneficiária de pensão por morte, na condição de filha do servidor público falecido Atilio Petromilli. Todavia, recebeu o benefício indevidamente entre 15.04.2010, quando adquiriu a maioridade, e 31.07.2012, quando foi excluída administrativamente. Pede-se a condenação ao pagamento dos respectivos valores.

Contestação apresentada, alegando-se prescrição e, no mais, não existe a obrigação de restituição. Primeiro, porque na época alcançada pela presente demanda estava cursando instituição de ensino superior. Segundo, porque recebeu os valores de boa-fé.

Houve réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Decidiu a Suprema Corte que "é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil" (REExt nº 669.069, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Plenário, j. 03/02/2016), conferindo interpretação restritiva à letra do art. 37, § 5º da Constituição Federal, encaminhando-se para a exegese segundo a qual somente pretensões de ressarcimento fundamentadas em atos de improbidade administrativa sejam imprescritíveis.

Trata-se de orientação firmada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, vértice

**1001592-86.2018.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

do sistema judicial brasileiro e que, portanto, deve ser seguida.

No presente caso, não há dúvida de que não estamos diante de hipótese de improbidade administrativa, e sim em pagamentos a maior efetivados por erro operacional da própria administração pública, não da ré, beneficiária da pensão por morte.

Sujeita-se a pretensão, pois, ao instituto da prescrição.

O prazo prescricional é de 05 anos, como incontroverso. Aplicação analógica do art. 1º do Decreto 20.910/1932, em respeito ao princípio da isonomia (STJ, AgRg no REsp 1356863/SC, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, 1ªT, j. 22/09/2016). No mesmo sentido: AgRg no REsp. 1.109.941/PR, Rel. Min. LEOPOLDO DE ARRUDA, DJe 11.5.2015; AgRg no AREsp. 768.400/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.11.2015; REsp. 1.197.330/MG, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 12.6.2013.

No caso em comento, a ação foi movida em 22.02.2018, mais de 05 anos após o último pagamento indevido (31.07.2012), de modo que houve, de fato, a prescrição.

A violação do direito da autarquia ocorreu com cada pagamento indevido, sendo este o termo inicial do prazo prescricional (art. 189 do Código Civil). Não é válido argumentar que a autarquia somente teve ciência dos pagamentos indevidos em momento posterior. É que, como se vê às folhas 14, a autora sempre teve conhecimento da data de nascimento da ré (fl. 14), e, portanto, da data em que esta completou a maioridade e não deveria mais receber o benefício.

Descabido, ademais, o pensamento vertido em réplica no sentido de que o prazo para o ajuizamento da ação dependeria de o crédito ser 'constituído definitivamente' após o encerramento do 'processo administrativo'.

Essa linha de raciocínio claramente é pensada a partir do lançamento tributário.

Ocorre que não há qualquer fundamento para tanto.

Primeiro porque a natureza jurídica de um (tributo) e de outro (indenização) crédito é totalmente distinta, e os regimes jurídicos são inconfundíveis.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Segundo porque ausente qualquer similitude entre uma e outra hipótese, para justificar a igualdade de tratamento jurídico.

De fato, em relação ao Direito Tributário existe um prazo decadencial para a constituição unilateral do crédito tributário, e esse prazo é que explica a postergação do termo inicial da prescrição para momento posterior ao fato gerador.

Todavia, no tocante à verba indenizatória ora postulada não há qualquer prazo decadencial e, assim, inexistente qualquer ponto de contato que justifique o raciocínio analógico contido em réplica.

Logo, desde o início, com cada pagamento indevido, que é a violação ao direito, já começa a correr o prazo prescricional (art. 189 do Código Civil).

Por outro lado, entre cada pagamento indevido e a propositura da presente ação, não ocorreu qualquer causa suspensiva ou interruptiva do curso da prescrição.

Cabe lembrar, nessa temática, que a correspondência encaminhada à ré extrajudicialmente (folhas 21/22) não gera qualquer efeito interruptivo, porque o art. 202 do Código Civil, para referida eficácia, exige em regra ação judicial (incisos I, II, IV e V) ou o protesto cambial (inciso III), no que toca a atos de iniciativa do credor.

Há ainda a possibilidade de mais um ato extrajudicial gerar a interrupção, mas esse ato é de iniciativa do devedor: "ato inequívoco ... que importe reconhecimento do direito pelo devedor".

Não é evidentemente o caso dos autos, em que a ré, administrativamente, foi até mesmo explícita quanto a não aceitar a pretensão da autora – folhas 29/29.

Tendo em vista, portanto, o decurso do prazo de 05 anos contados desde cada pagamento indevido até a propositura da ação, sem que, no intervalo, tenha havido qualquer causa suspensiva ou interruptiva do prazo, **pronuncio a prescrição** com fulcro no art. 487, II, in fine do CPC, resolvendo o mérito, e condeno a autarquia-autora em honorários, arbitrados em 10% sobre



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 10 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**